



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

REQUERIMENTO Nº , de 2018

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater ***o Desmatamento Zero para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil***

Convidados:

- 1- Cristiane Mazzetti – coordenadora da campanha pelo Desmatamento Zero, Greenpeace
- 2- Rita Mesquita – coordenadora de extensão do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)
- 3 - Paulo Moutinho – pesquisador sênior IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)
- 4 - Carlos Nobre – Climatologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- 5 - Tasso Azevedo – Coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases do Efeito Estufa do Observatório do Clima (SEEG) e do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomass)

JUSTIFICATIVA

Ações humanas estão tornando o planeta mais quente e aumentando os riscos climáticos. Cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) afirmam que entre 1880 e 2012 a temperatura média global aumentou 0,85°C. Parece pouco, mas o aumento tem sido suficiente para gerar desastres climáticos como secas severas, tempestades intensas, enchentes históricas e enormes ondas de calor. Eventos deste tipo quase que triplicaram no mundo entre 2010-2014, em relação à primeira metade da década de 1980.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

Em 2015, mais de 190 países acordaram um novo compromisso global para combater as mudanças climáticas. Conhecido como Acordo de Paris, o texto traz pontos importantes, como estabelecer que o mundo deve perseguir o objetivo de não aquecer mais que 1,5°C. Para contribuir com esse compromisso, o plano do Brasil nomeado NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada), inclui a meta de chegar à 2030 emitindo 1,33 bilhões de toneladas de carbono equivalente, número 33% maior do que as projeções do que seria possível fazer segundo **proposta de organizações da sociedade civil**, que sinaliza que o Brasil pode chegar à 2030 emitindo 1 bilhão de toneladas de carbono equivalente. O plano apresentado pelo governo brasileiro baseia-se em implementar a lei (Código Florestal) até 2030 e somente na Amazônia, assumindo automaticamente que a lei será desrespeitada por mais 15 anos. Para o governo, isso seria suficiente para reduzir drasticamente as emissões do setor. Mas a conta não fecha.

O desmatamento, particularmente na Amazônia, continua a ser uma das principais fontes de emissão de gases do efeito estufa do país. Os efeitos da alteração climática, combinada com a continuação da derrubada de florestas, poderão colocar em risco a produção agropecuária. A floresta amazônica age como uma bomba gigante que transfere água do solo para a atmosfera que é, então, transportada na forma de vapor para outras regiões. Uma boa parte do território nacional se beneficia desta irrigação natural. A continuidade do desmatamento pode comprometer este serviço ambiental. Já em 2020, a produção agrícola poderá sofrer prejuízo anual da ordem de R\$ 7,4 bilhões, como consequência da redução de chuvas em diferentes regiões, em especial no Norte e no Centro-Oeste.

O avanço do desmatamento combinado com o aquecimento global afetaria também a geração de energia hidroelétrica e o abastecimento de água rural e urbano.

O risco deste cenário futuro pode ser minimizado com a interrupção do desmatamento amazônico e da destruição de outros biomas nativos. Para reduzir as emissões rapidamente, a meta deve ser do Desmatamento Zero, e não desmatamento ilegal zero ou mesmo desmatamento líquido zero. Nesse último caso, a proteção de florestas nativas com alto estoque de carbono, biodiversidade e serviços hídricos não





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

conseguiria ser igualada às plantações de florestas (que levariam vários anos para acumular carbono).

Conservar as florestas é uma das formas mais baratas de contribuir para o cumprimento das metas que os cientistas do IPCC recomendam a nível mundial: uma redução das emissões de GEE global da ordem de 40% a 70% até 2050, tomando-se como referência o ano de 2010.

Pelos diversos benefícios proporcionados pelas florestas, é que se faz necessário avançar na discussão sobre a implementação do desmatamento zero no Brasil, a começar pelo Sugestão de Iniciativa de Projeto de Lei Nº 06 de 2015, pelo Desmatamento Zero submetido à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado por um grupo de organizações, também apoiado por mais de 1.4 milhão de brasileiros.

Sala da comissão, em de de 2018.

Senador João Capiberibe
PSB/AP

